

## Um ensaio à festa republicana - A relação Brasil- Argentina nos anos finais do Império.

Paula da Silva Ramos

Mestranda em História pela UNESP/Assis e graduada em História pela mesma instituição. Bolsista da FAPESP.

### Resumo

O período monárquico foi marcado pelo afastamento do Brasil em relação aos demais países americanos. No entanto a crise do regime político brasileiro, acentuada a partir de 1870, impulsionou alguns setores da sociedade, em especial a imprensa, a questionar a inserção brasileira no continente. Este artigo tem por objetivo refletir sobre o discurso brasileiro acerca da Argentina nos anos finais do Império, dando enfoque à aproximação e desejo de estreitamento das relações com aquele país manifesto pela imprensa republicana nos anos finais do império, articulando-se em torno do estudo da construção da identidade nacional e dos embates ideológicos no final do século XIX.

### Palavras-chave

Relações Brasil/Argentina, construções identitárias, Império, Imprensa.

### Abstract

The monarchic period was marked by the detachment Brazil from other American countries. However the crisis in the Brazilian political system, risen since 1870, boosted some sectors of society, particularly the press, questioning the inclusion of Brazil in the continent. This article aims to reflect on the Brazilian discourse about Argentina in the final years of the Empire, focusing on and desire for closer relations with that country manifest by the republican press in the years of Monarchical rule, articulated around the study of construction of national identity and ideological confrontations in the late nineteenth century.

### Keywords

Relationship Brazil/Argentina, Identity Constructions, Empire, press.

Entre os anos de 1875 e 1889, uma elite política, econômica e cultural associada à campanha republicana, com o objetivo de impulsionar a adesão a essa forma de governo, divulgou suas ideias e propostas para o Brasil por meio da imprensa, gestando a posterior “festa” republicana que seria instaurada quando da mudança de regime político no país<sup>1</sup>. Os interesses específicos desse grupo, representado pelo jornal republicano *A Província de São Paulo*, contribuíram para uma interpretação distinta daquela encontrada no meio intelectual brasileiro em relação à Argentina, tendendo a enfatizar os aspectos positivos encontrados nesse país, teoricamente devedores do regime político que almejavam para o Brasil. Este artigo pretende analisar as representações construídas por esse órgão de imprensa, que participou ativamente dos debates políticos dos últimos anos de vigência do regime monárquico, sobre a Argentina.

Ainda são poucos os estudos sobre as relações internacionais do Império brasileiro com os demais países americanos. Em linhas gerais esta relação é apresentada pela historiografia tendo como divisor de águas a instauração do regime republicano no Brasil. No momento imediatamente após a proclamação da república, conceitos gerais, como o de republicanização e americanização, passaram a orientar as primeiras formulações da política externa da república brasileira e a euforia do novo regime levou ao desejo de marcar um rompimento com o passado, sobretudo, com o contexto europeu, com o qual a monarquia se identificava<sup>2</sup>.

Durante todo o Império, no entanto, havia prevalecido o afastamento, explicado, entre outros aspectos, por meio da legitimação do regime monárquico e da construção da identidade nacional brasileira. Luis Felipe de Seixas Corrêa<sup>3</sup> analisando esta relação afirmou que até a queda da monarquia não se pode falar na existência de um sentido de comunidade entre o Brasil e seus vizinhos. Segundo o autor, a superação dos antagonismos de matrizes ibéricas e das singularidades advindas dos processos de emancipação num e noutro lado da América, só se deu após a proclamação da república, quando se iniciou, o paradigma da interação.

Este artigo tem por objetivo discutir novos elementos deste relacionamento. Por meio da análise do jornal *A Província de São Paulo* podemos afirmar que a campanha empenhada por este órgão abriu espaço para questionamentos quanto à inserção brasileira no continente desde o ano de 1875. Não é possível fazer aqui um balanço exato do alcance das formulações do periódico, porém, diante do crescimento ano a ano da publicação podemos inferir que os ideais divulgados tiveram número crescente de adeptos, uma vez que, em 1880 *A Província* já se destacava como o jornal de maior tiragem de São Paulo<sup>4</sup>.

Assim, ainda que representassem uma reduzida elite política, econômica e cultural, não se pode negar que esse grupo constituía uma tendência da opinião pública. De acordo com Jean-Jacques Becker, essas tendências possuem diferentes pesos, “um peso que se mede em ‘quantidade’ e em ‘qualidade’”, pois, pouco importa politicamente que exista uma maioria hostil, “se essa hostilidade não chegar ao fanatismo. Inversamente, ‘minorias atuantes’ podem influir mais no acontecimento que maiorias silenciosas”<sup>5</sup>.

### **A supremacia do discurso antagônico**

O processo de emancipação brasileiro foi *sui generis*. A transferência da Corte portuguesa para o Rio de Janeiro foi, em parte, responsável por uma independência realizada sob os auspícios do príncipe português radicado na colônia, posteriormente convertida em Império. Essa diferença, entre outros fatores, acabou por “dividir” o continente entre os descendentes da monarquia portuguesa, inscritos no contexto da Restauração em curso na Europa, e o restante dos países americanos, imbuídos de fervores republicanos e liberais que os inspiravam em direção oposta à do Brasil<sup>6</sup>. Durante o Império, a situação brasileira contrastava com a das ex-colônias hispânicas, que se fragmentaram após as lutas pela independência e foram perpassadas por fortes conflitos entre poderes locais e centralistas. O processo de configuração das repúblicas foi lento, complexo e marcado por conflitos internos, e as elites imperiais interpretaram essa dificuldade como expressão da anarquia e desordem que caracterizavam o regime republicano; o Império, por sua vez, se autoproclamava expressão da ordem e da unidade.

Na busca pela legitimação e conseqüente consolidação do Estado nacional brasileiro, a afirmação da singularidade e “supremacia” da monarquia no continente foi adotada nos discursos de políticos, dos jornais e na produção intelectual empreendida pelo Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, base de toda a escrita “científica” do Brasil no século XIX. Devemos atentar para o sentido político conferido à História naquela conjuntura, pois, conforme afirmou Manoel Luís Salgado Guimarães, o que estava em jogo, para além do passado, era a produção de um sentido para o futuro da comunidade nacional, que lesse no passado um certo destino possível e garantisse a coesão social para o presente<sup>7</sup>.

Fundado em 1838, o IHGB, possuía uma preocupação própria da primeira metade do século XIX: articular cientificidade à questão nacional, com o objetivo de formular a

gênese da nação<sup>8</sup>. A definição do Brasil enquanto representante da ideia de civilização no Novo Mundo se constituiu por meio da definição do “outro”, tanto interna quanto externamente<sup>9</sup>. No plano externo, esta delimitação enfatizou a diferença entre a monarquia e as repúblicas da América do Sul, onde campeavam a desordem e a fragmentação, todas alimentadas pelas ideias republicanas<sup>10</sup>

A construção do Estado brasileiro sob o signo da monarquia e o desenrolar de seu processo de afirmação foram, em parte, responsáveis por um distanciamento do Brasil em relação aos demais países americanos. Tal distanciamento foi enfatizado no âmbito do discurso político e, conseqüentemente, do imaginário nacional, com a formação de uma concepção que salientava a singularidade do país, em detrimento às *republichetas* do continente. Somam-se a isso, as disputas fronteiriças que envolveram o Brasil e a Argentina durante o século XIX, que motivavam riscos de guerras, inflamavam a opinião pública em ambos os países e contribuía para o afastamento entre as duas nações.

No entanto, a crise do regime monárquico, acentuada a partir de 1870, impulsionou o país a uma discussão política que, entre outros aspectos, questionava a inserção brasileira no continente. O Manifesto Republicano, do mesmo ano, embora não se aprofundasse no estudo da realidade econômica e social do Brasil, atacava o exotismo da monarquia no continente. Naquela conjuntura, a monarquia, “planta exótica na América”<sup>11</sup>, sofria críticas políticas, que em última análise, contrariavam um aspecto fundamental da identidade nacional durante o regime monárquico, pois refutavam o imaginário difundido sobre a superioridade brasileira frente às repúblicas americanas.

Nos últimos anos do século XIX elevou-se o tom da imprensa oposicionista e inúmeros jornais republicanos foram fundados, aprofundando a discussão levantada pelo Manifesto. Destacamos o jornal *A Província de São Paulo*, (primeiro nome do futuramente poderoso *O Estado de S. Paulo*), fundado em 1875, que, de acordo com seus objetivos político-ideológicos, encontrou na Argentina qualidades não evidenciadas pela voz oficial e apresentou aos seus leitores uma visão alternativa sobre o país platino.

A fundação do periódico *A Província de São Paulo* esteve intimamente ligada às insatisfações de grupos políticos e econômicos da província paulista que se organizaram politicamente em torno do Partido Republicano daquela localidade para se oporem ao Império. O primeiro número do jornal, publicado em quatro de janeiro de 1875, declarava a folha independente, “não sendo órgão de nenhum partido nem estando em seus intuitos advogar os interesses de qualquer deles”. No entanto, a adesão do grupo dirigente aos ideais republicanos era determinante na seleção das notícias e temas abordados pelo

periódico, que se tornou uma importante voz aos opositores ao regime dinástico brasileiro<sup>12</sup>. Em 1880, o diário reafirmou que não se constituía em órgão oficial de nenhum partido, mas declarou que “em política *A Província de São Paulo* tem um pensamento bem definido: é republicana”<sup>13</sup>. Devido às balizas deste artigo nos atemos às formulações o diário acerca da política brasileira destinada à América, mais precisamente à Argentina.

As décadas de 1870 e 1880 foram de redefinições econômicas, políticas e sociais na República Argentina. Nesse período observou-se a superação de uma crise comercial, o acelerado crescimento econômico derivado dos investimentos e do comércio exterior; a consolidação das bases do Estado nacional argentino, o relativo abrandamento das disputas inter-regionais do país; o elevado crescimento populacional, alavancado pela imigração, a urbanização e a melhora nos níveis de educação, moradia e consumo.

Tais fatores chamaram a atenção de alguns setores políticos no Brasil, de modo que o país platino se constituiu em um modelo para os organizadores da república brasileira. De acordo com o historiador José Maria Bello, era mais curta a distância entre brasileiros e argentinos do que entre brasileiros e norte-americanos, também utilizados como exemplo dos benefícios da adoção de um novo regime, uma vez que aqueles descendiam do mesmo tronco étnico, assemelhando-se pela mesma crença religiosa e pelos hábitos, reagindo, pois, de maneira análoga aos aspectos nacionais, principalmente o econômico<sup>14</sup>.

*A Província de São Paulo* se utilizava de uma criteriosa seleção dos acontecimentos, dos temas a serem discutidos, dos pronunciamentos políticos e dos artigos publicados pela imprensa do país vizinho, atuando no sentido de dissipar as “nuvens” que se formavam no horizonte<sup>15</sup> do Rio da Prata e com o objetivo de evidenciar os benefícios e o progresso econômico argentino, advindos, segundo o diário, do regime republicano.

### **A Argentina em *A Província de São Paulo*.**

Ainda que a Argentina se constituísse em um exemplo para os republicanos brasileiros<sup>16</sup>, as pendências fronteiriças, os armamentos e as antigas rivalidades mantidas entre o Brasil e o país platino os colocavam sob constante ameaça de guerra e provocavam grande celeuma na opinião pública em ambos os países. *A Província de São Paulo* tratava dessas questões com um tom ameno e conciliatório. Em suas matérias, privilegiava a crítica à política imperial, que, segundo o jornal, só arrastava o país à despesa e desastres com as

repúblicas do Prata, e era a fonte dos males e discórdias existentes entre os dois países. De acordo com o diário, as rivalidades eram coisas do passado, decorrências do antagonismo ibérico, algo que não deveria mais preocupar os dois povos, pois as boas relações com país vizinho eram mais interessantes ao Brasil “moderno, pacífico, comercial e amante do progresso”<sup>17</sup>. E embora ambos se armassem “o faziam sem pensar em hostilizar nenhuma nação”<sup>18</sup>.

Outro argumento utilizado pelo jornal para combater as imagens negativas em relação à Argentina baseava-se no desinteresse por parte dos brasileiros em conhecer os reais motivos dos conflitos ocorridos em território argentino, conforme podemos observar no editorial abaixo:

Grande parte da imprensa monarquista e mesmo alguns jornalistas democratas costumam negar às repúblicas sul-americanas a justiça a que têm direito. A Confederação Argentina, por exemplo, raras vezes merece atenção dos jornais brasileiros e seu progresso não é estudado por nós. Vai nisso um erro de nossa parte com os vizinhos americanos.

Parece que em regra os homens públicos no Brasil preferem fazer aquela nação passar aos olhos do povo como uma república convulsionada pelas ambições pessoais, como uma terra onde a anarquia arraigou, velando então a verdade que seria mais importante conhecermos, podendo dar valor exato ao seu progresso e riquezas.

Esses movimentos enérgicos da opinião ali não são estudados e explicados aos nossos compatriotas apáticos e indiferentes ao governo da sociedade em que vivem. Daí vem o juízo falso que se forma entre nós das agitações na República Argentina.<sup>19</sup>

*A Província de São Paulo* estava assim, na contracorrente das interpretações sobre as repúblicas da América hispânica, pois se distanciava dos discursos dos “homens públicos do Brasil” e de “parte da imprensa monarquista”, nos quais predominavam as representações destas nações como territórios anárquicos. Ainda que o periódico se referisse ao conjunto dos países latino-americanos, a referência positiva centrava-se basicamente na Argentina, e em menor medida no Chile, as demais repúblicas hispano-americanas não receberam muita atenção do diário no referido período.

As diretrizes assumidas pelo periódico convergiram para a caracterização da República Argentina de maneira diferente daquela apresentada no meio intelectual brasileiro de então, pois as imagens negativas deram lugar ao objetivo de retratar os benefícios do modelo político que almejado para o Brasil. Esta proposta, porém foi marcada por uma série de desafios, pois requeria um novo tratamento às lutas internas e à suposta pretensão imperialista argentinas. Neste sentido, tais aspectos ganhavam sempre menor relevância no jornal, face ao progresso econômico argentino. *A Província* priorizava

também a ação do governo platino diante de “movimentações caudilhescas”, que se relacionavam no Brasil com as imagens de barbárie e desordem que caracterizariam o regime republicano. A prisão do caudilho López Jordán, ocorrida em 1876 em Entre Rios, ganhou destaque no periódico e foi relatada da seguinte maneira:

um telegrama da Agência Havas já anunciara sua captura. Como quer que fosse, o resultado forneceu mais uma prova de que mesmo no Rio da Prata vai *passando o tempo dos caudillos*, o elemento bárbaro desaparece gradualmente, e as estradas de ferro, a organização e armamentos do exército deram ao governo força tal, que só poderia ser obrigado a ceder perante a vontade decidida e resolução enérgica da grande maioria da nação.<sup>20</sup>

Além de representar positivamente o país vizinho, o jornal afirmava também que o confronto com aquela nação salientava a “inferioridade intelectual” brasileira<sup>21</sup>, rompendo assim, definitivamente com o senso comum sobre a superioridade monárquica frente às repúblicas hispano-americanas, em favor da campanha republicana. Assim, podemos afirmar que a complexa relação entre a Argentina e o Brasil encontrou nas páginas da *Província* um ensaio à “festa republicana”<sup>22</sup> iniciada no momento imediatamente após a proclamação da República. O objetivo de integrar-se ao concerto americano era privilegiado mesmo diante de situações difíceis de serem contornadas sem se recorrer ao imaginário pré-estabelecido sobre as repúblicas caóticas da América hispânica.

Os dirigentes do diário paulista, todos ligados à campanha republicana, se dirigiram aos seus leitores, buscando combater a versão corrente no discurso oficial, por meio da divulgação de um elemento inovador, uma proposta de aproximação entre os dois países. Tais formulações evidenciavam, conforme expôs Clodoaldo Bueno, a restrição da análise da situação internacional do Brasil por parte dos republicanos à sua organização política, e a visão idealista que estes possuíam sobre as questões internacionais, pois afirmavam que pelo fato do Brasil pertencer à América constituía-se em razão suficiente para se adotar uma política francamente americana, demonstrando “um romantismo, que se apoiava na falta de conhecimento do intrincado jogo de interesses inerentes ao sistema internacional e no desconhecimento das dificuldades específicas existentes no contexto sub-regional”<sup>23</sup>.

Além do republicanismo, outros elementos compunham o repertório político-ideológico do jornal, tais como o liberalismo, o evolucionismo de Spencer e o positivismo de Comte. Com base em nesses pressupostos, a defesa da iniciativa privada, o federalismo, a instrução pública e a imigração se constituíram nas principais bandeiras do diário

analisado, que se utilizou em grande medida dos exemplos externos para reforçar e dar credibilidade às suas propostas para o Brasil.

Dois exemplos, ou melhor, modelos de organização política e econômica foram utilizados nesse sentido: os Estados Unidos e a Argentina. A república do Norte era considerada o *modelo ideal* de organização para *A Província*. No entanto, segundo o jornal, e de acordo com as teorias científicas em voga no período, pesava em favor do progresso daquela nação a especificidade biológica da sua população.

O enfrentamento entre latinos e anglo-saxões permeou as representações do jornal sobre os Estados Unidos e a Argentina. Esta contraposição não era nova, pois já se inscrevia no afã classificador da diversidade humana desde o século XVIII, consagrando a superioridade do homem branco. De acordo com Mónica Quijada<sup>24</sup>, em nenhum lugar do mundo ocidental esta visão dicotômica teve projeções mais palpáveis que no continente americano, onde esta divisão incorporou outro tipo de referência racial, a mescla com elementos indígenas e africanos. Todavia, a matriz de significado não variava, pois se entendia a resistência ao “cruzamento” com “raças inferiores” praticada pelos anglo-saxões mais um indício de superioridade frente aos latinos. No extremo austral do continente, a visão “racializada” das diferenças entre o norte e o sul se fez cada vez mais presente no último quarto do século XIX. Naquela conjuntura, passou a ser comum a utilização das categorias raciais para explicar os fracassos próprios e os êxitos externos, ressaltando as diferenças entre as duas Américas<sup>25</sup>.

A Argentina se constituiu no *modelo possível* de organização política e econômica para o Brasil, uma vez que os dois países apresentavam muitas semelhanças, evidenciadas pela colonização ibérica e, conseqüentemente, pela filiação à “raça latina”. Por este motivo, o exemplo argentino foi mais insistentemente apresentado para destacar e corroborar os progressos advindos do regime republicano e liberal, em contraposição às retrógradas instituições brasileiras:

É bom que em todo o império se fique conhecendo bem o desenvolvimento da República Argentina.

O parlamento dessa nação *americana, tão nova como a nossa, da mesma raça latina, com a mesma tendência para a oratória palavrosa*, oferece-nos, entretanto, no funcionamento do seu parlamento, um exemplo admirável. Até nisso o confronto nos é desfavorável. Aquele povo espanhol faz menos uso da retórica parlamentar e apresenta mais atos positivos de direção social que as nossas duas câmaras<sup>26</sup>.

Em editorial de 19 de maio de 1889, o jornal afirmava que a República Argentina se destacava dentre as outras nações latinas do continente, ocupando lugar imediatamente após o da “Grande República dos Estados Unidos”<sup>27</sup>, e por esse motivo merecia maior atenção por parte dos brasileiros. Segundo o jornal por este fato se comprovava que a “*Republiqueta* vai tomando a posição de acentuado contraste nessa relação com o nosso conhecido e crônico descalabro”<sup>28</sup>.

Os dados sobre a arrecadação, excedentes na receita, valores orçamentários, aumento das exportações foram apresentados ano a ano nas páginas d’ *A Província de São Paulo*. A amortização da dívida externa, os investimentos em estradas de ferro, a reforma alfandegária, aquisição de materiais para incremento da indústria, agricultura e instrução pública, bem como os dados sobre o ingresso de imigrantes naquele país também receberam atenção especial. Neste sentido o funcionamento e as deliberações do Congresso argentino mereceram destaque, pois este, segundo o jornal, atuava com fins concretos, fazendo predominar em tudo o interesse nacional ao votar empréstimos que se destinavam ao fomento da sociedade, e não somente pela retórica vazia como se fazia no Brasil.

Para o periódico, estes dados, além de servirem de exemplo para o Brasil, confirmavam a superioridade do regime republicano, que para o grupo dirigente do diário, era o mais apto para reorganizar a sociedade. O fragmento abaixo demonstra de maneira clara a tarefa que os republicanos representados pelos dirigentes do jornal, tomaram para si. As representações acerca do país vizinho, realizadas pelo periódico objetivavam dissipar as “nuvens no horizonte” do Rio da Prata, chamando a atenção àquilo que segundo eles, seria mais interessante de ser conhecido pelo povo brasileiro: o progresso argentino.

As nações vizinhas têm cada vez mais se reabilitado no conceito dos brasileiros, elas tão caluniadas sempre. A quem devemos o conhecimento d’essas conquistas da civilização, senão ao partido republicano, que, continuamente observa todos os fatos e ações que patenteiam os benéficos efeitos da prática da verdadeira democracia?

Outrora só víamos nelas as agitações populares ou as revoltas, sem nos preocuparmos de suas verdadeiras causas, seus resultados e sem sequer cogitarmos do estudo social daqueles povos.

Hoje, as coisas mudaram; um partido político, simpático àquelas instituições, não podia deixar passar em silêncio as grandes questões políticas que tem sido agitadas e resolvidas pelos estados sul-americanos. Nova luz se faz no espírito dos brasileiros em relação a eles<sup>29</sup>.

O discurso dispensado à Argentina pelo jornal deve ser compreendido como parte de sua campanha em favor da instauração do regime republicano no Brasil. Embora

motivados por objetivos pragmáticos, o diário veiculou uma imagem alternativa sobre o país vizinho, contrariando um dos pilares da identidade nacional brasileira no período monárquico, uma vez que dispensava às questões políticas das repúblicas do continente, em especial a Argentina, um novo tratamento, a ponto de considerá-la modelo a ser seguido pelo Brasil.

### Considerações finais

A formação do Estado nacional brasileiro, entre outros aspectos, foi responsável pela formação de símbolos e propostas identitárias que afastaram os Estados provenientes das antigas colônias espanholas e portuguesa na América. O Brasil monárquico, mais identificado com a Europa, considerava-se exemplo de civilização nos trópicos, imaginário constituído em oposição ao regime político e aos conflitos existentes em territórios hispânico-americanos. Os textos escritos por brasileiros acerca da República Argentina naquele período retratavam esta dicotomia, que se acentuava dadas as rivalidades que permeavam as relações mantidas entre os dois países.

Este artigo demonstrou que este discurso, embora fosse predominante, não era hegemônico, principalmente nos anos finais do império, pois a crise do Estado monárquico e a ascendência das ideias republicanas acarretaram em formulações que favoreceram o viés da aproximação entre os vizinhos americanos, e questionaram de forma contundente o modelo de inserção brasileira no continente.

Concluimos então que o último quartel do século XIX assistiu a um ensaio à festa republicana instaurada após a proclamação, ou seja, a mudança do centro de gravitação da política externa brasileira da Europa para a América, ao menos no que tange ao mundo das ideias, não foi uma novidade, uma vez que já haviam sido apresentadas de forma firme e coerente nos anos finais do império por meio de um importante grupo da imprensa republicana, e compartilhada por todos os seus assinantes e leitores, uma vez que o aumento da tiragem da folha se mostrou significativo no mesmo período.

### Notas

---

<sup>1</sup> BUENO, Clodoaldo. “A proclamação da República no Brasil e seus efeitos nas relações com a Argentina: um interlúdio na rivalidade”. In *A visão do outro: seminário Brasil – Argentina*. Brasília: FUNAG, 2000. p. 243

<sup>2</sup> Ibidem. p.246. O clima de cordialidade que se manifestou no momento imediatamente após a proclamação da república, tanto no Brasil, quanto na Argentina, levou à proposta de uma solução amigável sobre o território de Palmas, ou Missões, em litígio entre os dois países. O Tratado de Montevideú, celebrado em nome da “unidade institucional da América” e assinado em 25 de janeiro de 1890 por Quintino Bocaiúva e Estanislao Zeballos, dividiu o território em questão ao meio entre os pretendentes. No entanto, após sofrer grande pressão da opinião pública nacional, o próprio Bocaiúva desaconselhou o referendo do tratado, considerado o primeiro grande erro da República

<sup>3</sup> CORRÊA, Luiz Felipe de Seixas. “O Brasil e os seus vizinhos: uma aproximação histórica”. In *A visão do outro: seminário Brasil – Argentina*. Brasília: FUNAG, 2000. p.39.

<sup>4</sup> Ver: LOVE, Joseph – *A locomotiva: São Paulo na federação brasileira 1889-1937*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1982, p.130.

<sup>5</sup> BECKER, Jean-Jacques. A opinião pública. In RÉMOND, René. (org.) *Por uma história política*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 1996. p. 191

<sup>6</sup> CORRÊA. *op. cit.*, p. 37

<sup>7</sup> GUIMARÃES, Manoel Luiz Salgado. Entre amadorismo e profissionalismo: as tensões da prática histórica no século XIX. *Topoi*, Rio de Janeiro, v.3, p.184-200, dez., 2002. p.7.

<sup>8</sup> GUIMARÃES, Manoel Luiz Salgado. Nação e civilização nos trópicos: o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e o projeto de uma História Nacional. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, nº 1, p.5-27, 1988.

<sup>9</sup> O texto *Como se deve escrever a história do Brasil*, do botânico e viajante alemão Francisco Philipp von Martius, vencedor do concurso realizado pelo IHGB em 1840 para a elaboração de um plano para a escrita da história do país, definiu as linhas mestras de um projeto historiográfico brasileiro. Nele ressaltava-se a identidade nacional, baseada na mescla de raças; – porém com o predomínio do elemento branco e português sobre o indígena e o negro – e na defesa do Brasil unido, monárquico e cristão, em contraposição à agitação das repúblicas hispano-americanas.

<sup>10</sup> PRADO, Maria Lígia. O Brasil e a “distante América do Sul” In *Revista de História*. São Paulo: USP nº 145, 2001. p. 132.

<sup>11</sup> MORENO, Isidoro J. Ruiz. “Argentina y el fin de la Monarquía en Brasil”. In *A visão do outro: seminário Brasil – Argentina*. Brasília: FUNAG, 2000. p. 255.

<sup>12</sup> A Província de São Paulo. *A Província de São Paulo*. 04 de janeiro de 1875. Para Juarez Bahia essa aparente contradição pode ser vista como uma “estratégia para tornar mais eficiente a propaganda republicana, questionar a imparcialidade, observar a prudência e a moderação”. Ver: BAHIA, Juarez. *Jornal, História e Técnica: história da imprensa brasileira*. São Paulo: Editora Ática, 1990, p.76.

<sup>13</sup> *A Província de São Paulo*. Editorial. 24 de janeiro de 1880.

<sup>14</sup> BELLO, José Maria. *História da República (1889-1954)*. 6º ed., São Paulo: Nacional, 1969. p. 56-58.

<sup>15</sup> A expressão “Nuvens no horizonte” foi utilizada em inúmeras matérias durante o período abordado, relativas às relações, e possíveis conflitos, entre o Brasil e a Argentina, e empregada por muitos jornais da época, entre eles, *A Província de São Paulo*.

<sup>16</sup> BELLO. *op.cit* p. 53.

<sup>17</sup> *A Província de São Paulo*. Brasil e Confederação Argentina. 26 de novembro de 1880

- <sup>18</sup> *A Província de São Paulo*. Rio da Prata e Pacífico. 02 de dezembro de 1880
- <sup>19</sup> *A Província de São Paulo*, Editorial 02 de junho de 1880.
- <sup>20</sup> *A Província de São Paulo*. Exterior – Rio da Prata. 23 de dezembro de 1876. Grifo nosso.
- <sup>21</sup> PESTANA, Rangel. Notas e Respigas. *A Província de São Paulo*. 12 de outubro de 1883
- <sup>22</sup> BUENO, C. *op. cit.* p. 243.
- <sup>23</sup> BUENO, Clodoaldo. *A República e sua política exterior (1889 a 1902)*. São Paulo: Editora da Universidade Estadual Paulista, 1995, p. 24.
- <sup>24</sup> QUIJADA, Mónica. “Latinos y anglosajones. El 98 em el fin de siglo sudamericano”. In *Hispania*, LVII/2, nº 196
- <sup>25</sup> *Ibidem*.
- <sup>26</sup> PESTANA, Rangel. Notas e Respigas. *A Província de São Paulo*. 12 de outubro de 1883. Grifo nosso
- <sup>27</sup> *A Província de São Paulo*. Um bom exemplo. 19 de maio de 1889.
- <sup>28</sup> *A Província de São Paulo*. Finanças Argentina 19 de maio de 1883. Grifo do jornal
- <sup>29</sup> *A Província de São Paulo*. Questões Sociais. 14 de julho de 1882.

### Referências Bibliográficas

- BECKER, Jean-Jacques. A opinião pública. In RÉMOND, René. (org.) *Por uma história política*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 1996.
- BELLO, José Maria. *História da República (1889-1954)*. 6º ed., São Paulo: Nacional, 1969.
- BUENO, Clodoaldo. “A proclamação da República no Brasil e seus efeitos nas relações com a Argentina: um interlúdio na rivalidade”. In *A visão do outro: seminário Brasil – Argentina*. Brasília: FUNAG, 2000. p. 243-254
- BUENO, Clodoaldo. *A República e sua política exterior (1889 a 1902)*. São Paulo: Editora da Universidade Estadual Paulista, 1995
- CAPELATO, Maria Helena; PRADO, Maria Lígia. *O bravo Matutino: imprensa e ideologia no jornal “O Estado de S. Paulo”*. São Paulo: Alfa – Ômega, 1980. p.23
- CORRÊA, Luiz Felipe de Seixas. “O Brasil e os seus vizinhos: uma aproximação histórica”. In *A visão do outro: seminário Brasil – Argentina*. Brasília: FUNAG, 2000.
- GUIMARÃES, Manoel Luiz Salgado. Entre amadorismo e profissionalismo: as tensões da prática histórica no século XIX. *Topoi*, Rio de Janeiro, v.3, p.184-200, dez., 2002.
- GUIMARÃES, Manoel Luiz Salgado. Nação e civilização nos trópicos: o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e o projeto de uma História Nacional. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, nº 1, p.5-27, 1988.
- LOVE, Joseph – *A locomotiva: São Paulo na federação brasileira 1889-1937*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1982.
- MORENO, Isidoro J. Ruiz. “Argentina y el fin de la Monarquía en Brasil”. In *A visão do outro: seminário Brasil – Argentina*. Brasília: FUNAG, 2000.

PRADO, Maria Lígia. “O Brasil e a ‘distante América do Sul’” In *Revista de História*. São Paulo: USP nº 145, 2001, p 127-150.

QUIJADA, Mónica. “Latinos y anglosajones. El 98 em el fin de siglo sudamericano”. In *Hispania*, LVII/2, nº 196.